



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

Memória da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho de “Impactos das Mudanças Climáticas no Brasil e o papel do Conama na Adoção de Medidas de Adaptação”

A reunião foi realizada na sede do CREA/RJ, à rua Buenos Aires, 40, Centro-Rio de Janeiro/RJ, que gentilmente cedeu um auditório e suporte técnico para a mesma. O GT se reuniu no Rio, em virtude da realização do Painel de Debates sobre Mudanças Climáticas durante a 50ª Reunião Extraordinária do Conama, realizada nos dias 29 e 30 de maio.

Obs: Todas as palestras proferidas no Painel de Debates estão disponíveis para download na página do GT, no sítio do Conama.

http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=929

Os trabalhos se iniciaram às 9h45, sob a coordenação do conselheiro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Otávio Bezerra Prates, e com relatoria da assessora técnica da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA Paula Bennati. Pela Secretaria Executiva do Conama, estiveram presentes os assessores técnicos Ruth Tabaczinski e Fernando Caminati.

Na primeira atividade do dia, **Paula Bennati**, assessora técnica na Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, exibiu uma apresentação sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, suas instâncias e a participação do Brasil nas Conferências das Partes; também falou dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), fazendo referência às palestras do Painel de Debates do dia anterior; e da atuação do MMA no tema. **Obs: A apresentação está disponível para download na página na 2ª reunião do GT, no sítio do Conama.**

http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=908

Em seguida, falou o deputado **Dr. Adílson Soares** (PR/RJ), representante da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, encarregada de analisar os Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre o tema. O deputado saudou os demais participantes do GT e passou a palavra a seu assessor, o consultor legislativo Carlos Hnerique, que apresentou um relato sobre as atividades da Comissão Mista, informando que a mesma produzirá um relatório final até dezembro de 2007. **Obs: O relatório da Comissão Mista, a que fez referência o consultor, está disponível para download na página na 2ª reunião do GT, no sítio do Conama.**

http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=908

O Coordenador Marcos Prates (MDIC), orientando o início das discussões em grupo, disse que o que se esperava como resultado desta reunião do GT era a definição e sistematização de macro-temas como grandes eixos para desenvolvimento de sugestões relativas ao propósito deste GT: “Impacto das Mudanças Climáticas no Brasil e o papel do CONAMA na Adoção de Medidas de Adaptação”.

O conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE) comentou sobre os trabalhos do Congresso e da importância de alguns dos projetos de lei lá tramitando. Depois, falou sobre proposições de ações que o GT poderia encaminhar à Câmara Técnica, dentre elas uma resolução sobre licenciamento e moções ao presidente da República.

O conselheiro João Carlos de Carli (CNA) disse que gostaria de saber mais sobre as vulnerabilidades e impactos e quer aguardar maior certeza científica para implementar medidas de adaptação.

O coordenador Marcos Prates ponderou que, realmente, falta uma completa avaliação dos impactos, mas que, conforme se manifestaram os palestrantes do dia anterior, que ressaltaram a importância de ampliação das pesquisas para aumentar o conhecimento sobre os impactos das mudanças climáticas e as vulnerabilidades delas decorrentes no Brasil, bem como sobre a necessidade de melhor e maior monitoramento desses impactos, mas concomitantemente entende ser possível e desejável se pensar em medidas de adaptação para impactos já identificados com menor grau de incerteza ou que já estão sendo observados.

Conselheiro Sérgio Annibal (FBCN). Sugeriu que os temas de mudanças climáticas e as medidas de

adaptação correspondentes poderiam ser incorporadas a dois instrumentos de gestão ambiental já existentes: o ZEE-Zoneamento Ecológico-Econômico e a Agenda 21. Pediu também que fosse chamada a Marinha para falar sobre os possíveis impactos de mudanças climáticas no mar. Por fim, sugeriu que fossem re-estabelecidas as câmaras tripartites (União, Estados e Municípios), também com o objetivo de implementar a adaptação.

O diretor do Conama, Nilo Diniz, saudou os participantes do GT e agradeceu a presença de todos no Painel de Debates do dia anterior. Explicou o funcionamento do grupo de trabalho e seus principais objetivos, ressaltando as possibilidades de ações dentro da competência do Conama e a definição de prioridades. Dentre essas, enfatizou a possibilidade de que as ações sugeridas pelo grupo sejam incorporadas pelo plano que o MMA está elaborando para adaptação às MC, conforme havia mencionado, em sua apresentação, a relatora.

Larissa Schmidt-MCT. Falou sobre inventário de emissões, que está programado para 2009. contou que se trata de levantamento muito detalhado e caro para ser feito anualmente, como fora sugerido, e que o MCT e a CIMGC têm no PPA 2004-2007 apenas R\$300 mil para efetuar o inventário. Teceu comentários ainda sobre o Plano de Nairóbi para adaptação às MC, que havia sido mencionado pela relatora em sua palestra. Pediu, por fim, mais pesquisa em todos os setores envolvidos com as MC.

A pedido de outros participantes, a Secretaria do Conama se prontificou a disponibilizar na internet, na página do Grupo de Trabalho, o Plano de Nairóbi.

Obs: No dia 05 de junho de 2007 foram inseridos na página da segunda reunião do GT, dentro do sítio do Conama, os dois primeiros capítulos do IV Relatório do IPCC, referentes ao Grupo de Trabalho 1 (wg1) e Grupo de Trabalho 2 (wg2), respectivamente, sobre "A Base das Ciências Físicas da MC" e "Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade à MC", para auxiliar os participantes do GT nos trabalhos do Conama.

http://www.mma.gov.br/port/conama/reunalt.cfm?cod_reuniao=908

Miriam de Oliveira (Feam/MG). Falou sobre o Projeto de Lei do ex-deputado Ronaldo Vasconcellos, hoje vice-prefeito de Belo Horizonte, que visa instituir uma Política Nacional de Mudanças Climáticas, lembrou inclusive que já havia mencionado o mesmo na primeira reunião do GT e que tinha repassado à Secretaria do Conama contatos com o vice-prefeito para que ele expusesse sobre seu PL no GT. Falou ainda de ações implantadas no âmbito estadual pelo governo mineiro e da instalação do Fórum Mineiro de MC. O coordenador anunciou que seria avaliada a pertinência dos convites sugeridos.

Conselheiro Paulo Garcia (MD). Tratou das questões relativas à segurança nacional que envolvem as MC e, por isso, pediu maiores estudos para que sejam conhecidos os impactos com os quais estaremos lidando. Comparou os instrumentos ZEE e ordenamento territorial (que já está em encaminhamento) e sugeriu de incorporar as variações climáticas em ambos.

Rubens Born (Vitae Civilis). Devemos organizar os temas por dimensões, áreas em lacunas nas políticas e na gestão administrativa a serem elaboradas ou legislação. Depois estruturar as medidas de acordo com com a atuação em curto, longo ou médio prazo. Depois ver aquelas que requerem emergência. Em termos econômico-financeiros, sugerir ao BB, Caixa e BNDES, que passem a avaliar os impactos das MC em suas avaliações de projetos e financiamentos.

Conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Preocupação sobre quais são as vulnerabilidades é importante, mas já temos boa parte delas aí. E já podemos incorporá-las nos nossos planejamentos. Florestas, matriz energética, biodiversidade, cidades, biomas. Incentivos, compras, educação.

Márcia Real (SEA/RJ). Pede a realização de inventários. Sugere que dentro do licenciamento seja inserido que cada empreendimento coloque seu próprio inventário de gases efeito estufa previstos. Se isso já ocorrer, verificar a regulamentação existente. Anunciou que o governo do RJ vai incluir essa preocupação nos procedimentos de licenciamento em âmbito estadual e mencionou outras políticas que a SEA/RJ vai implementar.

Conselheiro Maurício Ribeiro (ANA). A Ana vai fazer até o final do mês um seminário sobre como as MC afetam o tema água e a gestão dos recursos hídricos. Num próximo momento, traremos ao GT esses resultados. Referiu-se à palestra do secretário do RJ Carlos Minc, no dia anterior, e as 15 iniciativas que ele anunciou na SEA/RJ como possíveis fontes de inspiração ao Conama (dentre elas: inventário de emissões, inspeção veicular, pagamento aos agricultores). GT poderia aproveitar esse trabalho e o dos demais Estados.

Conselheiro Sérgio Annibal (FBCN). Colocou temas na lousa. Com as prioridades que ele deu na outra intervenção.

A partir daqui, começou a ser discutido os modelos de áreas e temas para orientação dos trabalhos, discutindo-se entre três modelos, apresentados no telão.

Adacto Ottoni (Crea/RJ). Preocupação com os corpos d'água. Carbono e lixo nos corpos d'água, que também libera GEE. Desmatamento, chuva ácida, seca da amazônia. Precisamos de dados científicos. Florestas equilibradas absorvem carbono e não contribuem para o aquecimento global. Solução não pode estar desvinculada da gestão das águas, do saneamento, do desmatamento. Implantar políticas de desenvolvimento sustentável. Uso de tecnologias limpas e fontes alternativas de energia. Práticas de gestão sustentável com foco nas MC.

Andrea Figueiredo (MME). Estamos já aumentando nossas energias alternativas na matriz, mas todas tem impactos. No plano amplo, para substituir as grandes hidrelétricas são as termelétricas, não tem alternativa tão potente. Sugeriu que se voltasse a trabalhar com os temas da 1ª reunião: chamando as quatro grandes áreas de temas lá sugerida para orientar os trabalhos.

Paula Bennati (MMA). Sugeriu que se fizesse um corte setorial, depois corte regional (porque a vulnerabilidade varia conforme a região e os aspectos sócio-econômicos da região). Minha proposta é seguir os setores que o IPCC definiu no Grupo de Trabalho 2: recursos hídricos, ecossistemas, sistemas produtivos, assentamentos humanos, zonas costeiras, saúde pública e agropecuária. O modelo não foi aceito por se entender que o mesmo não incorpora todas as vulnerabilidades brasileiras e, assim, ficou decidido o formato constante no *quadro de impactos e vulnerabilidades setoriais*.

Conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Minha preocupação é onde entra energia. Não temos que seguir necessariamente o IPCC, porque podemos trabalhar com mais liberdade do que lá. Não vejo contradição entre as duas propostas. Na primeira reunião estabelecemos metas e a realização do painel. Agora estou preocupado com as ações da matriz (vulnerabilidades x ações já efetuadas ou necessárias). Dentro desse processo, sugere incluir as propostas do Rubens Born. Iniciativas atuais e futuras, lacunas. FBMC, MCT, MMA e Conama devem fazer a prospecção desses temas e ações. Os fóruns estaduais também poderiam ser consultados. Preocupado se o tempo vai dar para levantar tudo isso, já que a princípio, isto deveria ser o tema da terceira reunião do GT.

Andrea Figueiredo (MME). É importante agrupar em poucos temas para poder focar. Mais fácil seguir do IPCC, fazendo poucas adaptações. Repetiu a necessidade de voltar a utilizar os temas da primeira reunião.

Christina Vasconcelos (MME). Voltar à proposição anterior. Item 3-socio-economicos, agrupar os temas.

Paula Bennati (MMA). Reforçando a proposta com base no IPCC.

Coordenador Marcos Prates (MDIC). Vamos primeiro definir os macro-temas, para sistematizar adequadamente o nosso trabalho, e depois inserir em cada um deles, para posterior avaliação pelo GT, as eventuais medidas de adaptação que estão sendo sugeridas por participantes do GT, em termos de *brainstorming*.

Conselheiro Paulo Garcia (MD). Gostaria de incluir o tema de oceanografia. Sistemas costeiros e marinhos.

Conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Aqui é tempestade de idéias, não precisamos ficar presos ao IPCC. As duas matrizes podem ser combinadas. Mas o trabalho interno pode ser mais aprofundado.

Miriam de Oliveira (Feam/MG). Precisa entrar infraestrutura.

Coordenador Marcos Prates (MDIC). Vamos escolher entre os modelos de consolidação dos macro-temas propostos por participantes do GT para sistematização dos trabalhos do GT, o modelo sobre o qual vamos trabalhar, para em seguida buscarmos definir os encaminhamentos e convergências entre as propostas até aqui sugeridas?

Antonio Tarcisio de Mello (Anamma). Reforçou a idéia de que os trabalhos do GT deverão subsidiar o plano nacional do MMA. Pode criar um grupo de acompanhamento para criação de indicadores de eficiência dessas políticas.

Conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Acho que ainda não é o momento de votar por um ou outro modelo. Prefiro recheiar os modelos com temas. Deixar os macrotemas e subdividir apenas depois.

Lígia Machado (Fiocruz). Não estamos decidindo nada. Sugeriu a inclusão dos impactos sobre o patrimônio histórico e cultural.

Conselheiro Francisco Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Vamos deixar o grupo pensar e, depois, numa reunião posterior, o grupo corta o que for demais.

Conselheiro João Carlos de Carli (CNA). Aprofundar pesquisas de novos cultivares. Temos que nos preparar nosso sistema de pesquisa para incluir essas adaptações.

Andrea Figueiredo (MME). Assentamentos humanos mudou para dimensão social.

Foi definido, por consenso, o modelo a ser utilizado, cuja íntegra está disponível para download na página da segunda reunião do GT, no sítio do Conama. O coordenador deu 10 minutos para que os participantes preparassem sugestões de ações para preencher os temas.

Conselheiro Marco Borba (MS). Propostas de adaptação no campo da saúde: Mapeamento de áreas de vulnerabilidade epidemiológica para cenários presentes e futuros, através de modelos de tendências; Sistemas de Vigilância em saúde específicos para MC [eventos climáticos extremos em geral, como também a diminuição da camada de Ozônio]; Fortalecimento da capacidade de resposta do setor de saúde para atenção à saúde das populações expostas aos riscos provocados pelas MC; Desenvolvimento de pesquisas sobre a influência das MC no comportamento das doenças transmissíveis e das doenças e agravos não transmissíveis; Fortalecimento da capacidade técnica para o aumento da percepção da problemática das MC através da capacitação de recursos humanos em todos os níveis.

Conselheiro Paulo Garcia (MD). Incluir propostas de estudos sobre a movimentação do deserto do Saara e do semi-árido nordestino; aprofundar pesquisas sobre o degelo dos Andes e influência na bacia Amazônica; na mineração, uso indiscriminado do mercúrio; em infra-estrutura, necessidade de expansão da infra-estrutura do país, já prevendo as MC; Zona Costeira e Marinha, expansão da exploração dos recursos do mar.

Andrea Figueiredo (MME). Leu as medidas transversais elaboradas, em conjunto, por MME-MCT-MRE. Medidas Transversais: Disseminação da informação acerca das vulnerabilidades climáticas, considerando as diferentes metodologias e ferramentas; Incorporação das variáveis relacionadas à vulnerabilidades climáticas nos planos e programas governamentais; Identificação de medidas de adaptação relacionadas à vulnerabilidade climática; e Recomendação para avaliação das políticas setoriais à luz das vulnerabilidades climáticas.

Conselheiro Maurício Ribeiro (ANA). Relembrou propostas do secretário Carlos Minc. Trouxe rascunho. Uma segunda contribuição: o GT já produziu o painel da 50RE, agora temos temas que se relacionam com outras CT do Conama. Proposta: o que o GT produziu hoje seja levado às demais CT, para que elas trabalhem os temas e depois nos devolvam. Sugeriu articular o tema do plano nacional de MC com o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a política nacional de desertificação.

Conselheiro Sérgio Annibal (FBCN). Leu suas propostas, de acordo com o tema. Zona Costeira e Marinha: vulnerabilidade=ocupação costeira em áreas próximas ao mar, adaptação=regular a altitude mínima de construção civil nas orlas; vulnerabilidade=modificações térmicas no mar e volume de água, adaptação=aumento; vulnerabilidade=volume e inundação [elevação do nível médio do mar], adaptação=construção de diques; Recursos Hídricos: vulnerabilidade=modificações no abastecimento urbano e rural, adaptação=alternativas de captação [água subterrânea] e dessalinização da água do mar; vulnerabilidade=capacidade hidrelétrica e na capacidade de navegação, adaptação=outras alternativas de energia e transporte; Extremos Climáticos: vulnerabilidade=aquecimento generalizado, adaptação=mudança do horário de trabalho e diminuição de horas trabalhadas; Geomorfologia: vulnerabilidade=erosão e inundação, adaptação=florestamento e reflorestamento, construção de sistemas de drenagem, aterros e obras anti-erosão.

Miriam de Oliveira (Feam/MG). Sugeriu como medidas de adaptação: o biodiesel; tratamento adequado dos resíduos sólidos; consumo consciente e uso racional da energia.

Adacto Ottoni (Crea/RJ). Na área de Recursos Hídricos, sugeriu ampliação da infra-estrutura de reúso de esgoto e de lixo, sempre com monitoramento. Pesquisas para utilização de novas energias limpas e renováveis.

Conselheiro Sérgio Annibal (FBCN). Acrescentou mais medidas horizontais de responsabilidades públicas para acompanhamento das ações. Sugeriu que o Conama articule a criação, em cada Estado, de um grupo de trabalho sobre clima, na forma de subgrupos do GT do Conama, coordenando avaliações locais. Levando a formulação que aqui estabelecemos.

Edson Montez (ANP). Melhorar conhecimento sobre os impactos relacionados às novas culturas utilizadas no programa de biocombustíveis.

Alexandre Mello (CNI). Muito do que foi falado aqui foi de mitigação, mas acho que é válido, embora fora do escopo do GT. Licenciamento: agravar ainda mais o licenciamento é um tiro no pé, por dois aspectos: primeiro com relação ao MDL e as questões de política externa, com a posição do Brasil em não ter metas, e por outro lado agravar mais o licenciamento pode enfraquecê-lo. Utilizar o programa inglês de adaptações.

Larissa Schmidt (MCT). Sugere que seja feita, a título didático e em busca de praticidade, uma separação dentre essas sugestões sobre o que é mitigação e o que é adaptação, para ordenar dentro do escopo do GT. O coordenador concorda com a proposta.

Paula Bennati (MMA). A relatora assumiu o encargo de fazer esse trabalho.

Conselheiro F.Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Geomorfologia e educação incluir nas medidas horizontais. Acho que o GT vai ter que fazer essa separação. Sugere que o primeiro item da pauta da próxima reunião deveria ser fazer as conceituações e separações. Questiona como vão ser feitas as consultas ao Governo Federal, como vai ficar isso, quem vai fazer. Quer conversar mais com os cientistas, trazendo eles para consultas diretas, com um questionário básico, e com mais tempo disponível dentro do GT. Quer levar o trabalho para outras câmaras técnicas.

Andrea Figueiredo (MME). Fazer sínteses, com os setores envolvidos: MCT, MMA e MRE, para trazer a todos no GT uma linguagem comum.

Coordenador Marcos Prates (MDIC). Ouvir os especialistas é indispensável. Mas considera mais produtivo trazê-los para falarem não só sobre os impactos e vulnerabilidades relativos aos temas que forem selecionados, mas também sugerirem medidas de adaptação que considerem relevantes, assim como para criticarem as propostas de adaptação sugeridas no âmbito deste GT, quando as tivermos. Deste modo eles poderão nos ajudar na construção da proposta do GT.

Miriam de Oliveira (Feam/MG). Convidar para participar das próximas reuniões do GT os coordenadores dos fóruns estaduais de MC que existirem.

Coordenador Marcos Prates (MDIC). Vamos consolidar o quadro com as propostas e devolver ao GT, que poderá preencher lacunas e fazer mais sugestões.

Adacto Ottoni (Crea/RJ). Voltou a propor monitoramento ambiental transversal. Propôs fazer uma apresentação na próxima reunião falando sobre desenvolvimento sustentável. O coordenador Marcos disse que isso será avaliado.

Conselheiro Paulo Garcia (MD). Sugeriu convidar o Comando da Marinha para falar sobre o papel do oceano nas MC.

Coordenador Marcos Prates (MDIC). Concluindo os trabalhos disse que a relatora do GT consolidará as sugestões apresentadas nesta reunião, dentro do modelo de sistematização dos macro-temas que escolhemos e devolverá ao grupo para comentários e sugestões adicionais que considerarem pertinentes, de modo a que possamos produzir um documento preliminar consolidando as propostas dos participantes do GT, inclusive incluindo as sugestões de medidas de adaptação apresentadas pelos palestrantes do Painel de Debates de ontem no CONAMA, e complementadas pelos comentários que forem recebidos até 30/06/07, para ser trazido para discussão e aprofundamento na nossa próxima reunião. Quanto à interface com outras CT do Conama, considera mais adequado fazê-lo só depois do trabalho do GT estar mais amadurecido e consistente. Por fim, informou que o presidente Lula assinou decreto instituindo 2007 como o "Ano Nacional do Desenvolvimento Limpo", e que o MDIC, juntamente com o MCT e MMA e demais parceiros da proposta vai fazer uma programação específica sobre o tema, que posteriormente divulgará ao GT. Sugeriu marcar a próxima reunião para o próximo mês, e deixou à secretaria do Conama que definisse a melhor data, na primeira semana de julho.

Conselheiro F.Iglesias (Imarh-entidades ambientalistas do NE). Voltou a questionar sobre como seriam feitas as perguntas aos cinco segmentos do Conama, quem irá fazê-las. Como faz. O coordenador disse que isso deveria ser objeto de pauta da próxima reunião.

O coordenador encerrou a reunião, por volta das 17h.